



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 01/10/2018

DECRETO Nº 9094, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018.

"Dispõe sobre a reformulação da Junta Médica Oficial do Município de Balneário Camboriú, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município - Lei nº 933/1990, e ainda,

Considerando a necessidade de acompanhamento por parte deste Município, na efetiva execução do tratamento médico proposto a seus pacientes, servidores deste Município, que solicitam licença para tratamento de saúde;

Considerando a necessidade de verificação do cumprimento das determinações desta Junta Médica Oficial, no que diz respeito a readaptações e/ou remanejamentos funcionais e redução de carga horária, por parte das Secretarias deste Município;

Considerando a necessidade de análise no que diz respeito aos requerimentos administrativos de acidente de trabalho;

Decreta:

Art. 1º Fica constituída a Junta Médica Oficial do Município de Balneário Camboriú (JMO), vinculada à Secretaria de Gestão Administrativa.

Art. 2º À Junta Médica Oficial (JMO) compete, na forma da Lei Municipal nº 1069/91:

I - emitir parecer quanto à readaptação, remanejamento, aproveitamento, reversão, remoção e redução de carga horária a funcionários;

II - atestar e/ou ratificar a necessidade de licença para tratamento de saúde do funcionário;

III - atestar e/ou ratificar a necessidade de acompanhamento do funcionário a pessoa da família que esteja doente;

IV - emitir e/ou ratificar aposentadorias por invalidez;

V - solicitar comparecimento de funcionário à JMO sempre que julgar necessário, a fim de comprovação

de estado de saúde;

VI - solicitar exames complementares a fim de que possa emitir parecer quanto ao elencado nos itens I a IV deste Decreto;

VII - encaminhar funcionários desta municipalidade, ocupantes de cargo de regime celetista, à perícia do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS);

VIII - efetuar visitas aos servidores que estejam em gozo ou tenham requerido algum benefício a esta Junta Médica Oficial;

IX - realizar a verificação das readaptações funcionais no local de trabalho; e

X - outras atribuições legalmente previstas.

Art. 3º Os trabalhos da JMO obedecerão aos seguintes ditames:

I - cada membro médico deverá atender semanalmente, por no mínimo 05 (cinco) horas;

II - os membros médicos reunir-se-ão, obrigatoriamente, 01 vez por semana em sessões com duração não inferior a 01 (uma) hora, a fim de despachar sobre os benefícios abaixo elencados, os quais deverão sempre ser de decisão colegiada e de no mínimo dois dos membros médicos:

- a) aposentadorias por invalidez;
- b) readaptação funcional;
- c) redução de carga horária.

III - os atendimentos da Junta Médica ocorrerão, todos, com agendamento prévio de no mínimo 02 (dois) dias de antecedência, sendo que o prazo máximo, para agendamento, será de 10 (dez) dias contados da data do início do atestado/laudo médico;

IV - poderão participar das reuniões e/ou dos trabalhos da JMO, sempre que convocados pelo Presidente, outros profissionais da área da saúde, para auxiliarem no cumprimento das atribuições.

Art. 4º A composição da Junta Médica Oficial, se dará conforme exposto abaixo:

I - Presidente: Patricia Weber Brondani;

II - Secretária: Adriana Costa;

III - Membros Médicos:

- a) Midian Beraldi da Silva Lopes;
- b) João Luiz Raduenz Lagos;
- c) Ceres Fabiana Felski da Silva.

IV - Membros Assistentes:

- a) Joice Amorim Silveira Brettas;

- b) Caroline Francieli Dorval;
- c) Simone Mansur;
- d) Beatriz Rodrigues da Silva;
- e) Jocarha Markel Hannibal. (Redação acrescida pelo Decreto nº 9123/2018)

Art. 5º A gratificação dos membros médicos será de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo médico, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, e as demais, conforme expresse abaixo:

I - Presidente: 6,0 (seis) Unidades Fiscais do Município;

II - Secretária: 5,0 (cinco) Unidades Fiscais do Município;

III - Membros Assistentes: 4,0 (quatro) Unidades Fiscais do Município.

Art. 6º Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto Municipal nº 9.092, de 13 de setembro de 2018.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 14 de setembro de 2018.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 17/10/2018

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.